

Arranjos produtivos regionais e consumo na região de Cachoeira do Sul-RS

Henrique Rudolfo Hettwer

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Recebido: 27/09/2018 Versão revisada (entregue): 22/09/2019 Aprovado: 26/09/2019

Resumo

Os arranjos produtivos regionais contemporâneos de Cachoeira do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, demonstram a vulnerabilidade econômica e social da região na ascensão do neoliberalismo. Com base teórica no desenvolvimento do espaço geográfico e da região, analisamos indicadores sociais de desenvolvimento humano como empregabilidade, renda por pessoa, concentração da terra e divisão da geração de empregos por segmento econômico. Ao compararmos o desenvolvimento econômico e social de Cachoeira do Sul com outros municípios da Mesorregião Centro-Oriental Rio-grandense e Caxias do Sul, notamos contrastes consideráveis. Diante disso, questionamos os pressupostos das políticas econômicas do município e tamanhas disparidades. Mediante pesquisa realizada com 76 itens da Cesta Básica, em três redes de supermercados do município, pudemos demonstrar a desorganização produtiva local e a insignificância produtiva, no município, em itens de consumo básico da população, o que demonstra a vulnerabilidade social e o alto nível de dependência econômica externa do município.

Palavras-chave | Arranjos produtivos regionais; Cachoeira do Sul; consumo básico; desenvolvimento; neoliberalismo.

Código JEL | O15 R12 R31

Regional Production Arrangements and consumption in the region of Cachoeira do Sul-RS

Abstract

The contemporary regional productive arrangements in Cachoeira do Sul demonstrate the economic and social vulnerability on the region in the rise of neoliberalism. With theoretical foundation on the development in the geographic space and in the region we analyze social indicators of human development as the employability, the income per person, the concentration of land and the division of the generation of jobs by economic segment. When comparing the economic and social development of Cachoeira do Sul with other municipalities in Central-Eastern Meso-region Riograndense and Caxias do Sul, we noticed striking contrasts. In view of this, we question the assumptions of the municipality's economic policies and the explanation for such disparities. By means of a survey carried out with 76 items in the Basic

Basket, in three municipal supermarket chains we can demonstrate the local productive disorganization and the productive insignificance in the municipality in items of basic consumption of the population, which demonstrates the social vulnerability and the high level of economic dependence of the municipality.

Keywords | Basic consumption; Cachoeira do Sul; development; neoliberalism; regional productive arrangements.

JEL-Code | O15 R12 R31

Ciudades intermedias, flujos pendulares y dinámica territorial en la Região dos Vales - RS

Resumen

Este artículo aborda la centralidad de las ciudades intermedias y su papel en la orientación y dinámica de los flujos pendulares en el territorio a escala regional. A partir de un estudio exploratorio en la región de los Valles, en el estado de Rio Grande do Sul, usando micro-datos del IBGE sobre movilidad para el trabajo, se analiza la existencia de áreas urbanas funcionales, su configuración espacial, los principales flujos y las interacciones socio-espaciales entre las ciudades de la región. Se observa la constitución de las áreas urbanas funcionales de Santa Cruz del Sur y de Lajeado, evidenciando un incipiente y desigual contenido policéntrico en la región, a través de la orientación, intensidad y contenido de los movimientos pendulares para esas dos ciudades. Tales flujos, además de explicitar la centralidad de ambas ciudades intermedias en el territorio regional, también revelan el contenido socio-espacial de los movimientos pendulares y muestran las características de la dinámica económica regional.

Palabras clave | Áreas urbanas funcionales; ciudades intermedias; dinámica regional; flujos pendulares; Região dos Vales.

Código JEL | O15 R12 R31

Introdução

O conto de Monteiro Lobato, “Cidades Mortas” (2012), acerca de sua saudosa região natal, reúne uma controversa atualidade de muitos municípios brasileiros, refletindo sobre o progresso regional onde verbos não se conjugam no presente, apenas no pretérito. As dificuldades suscitadas pelas crises segregadoras e concentradoras do capital nas populações das cidades é objeto deste estudo, especialmente a realidade concreta do município de Cachoeira do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, que remetem a necessárias reflexões sobre sua gênese, dinâmica e impactos causados nas condições de vida das pessoas. A prevalência de alguns poucos privilégios alicerçados em modelos econômicos arcaicos e concentradores de renda, incrementados pelas

imposições da crescente penetração de capital estrangeiro e seus ditames neoliberais, segregam a população que clama por oportunidades e, até mesmo, sobrevivência.

O objetivo deste estudo é promover uma análise conceitual acerca do desenvolvimento, contextualizando-a com a face contemporânea do sistema econômico predominante no espaço geográfico brasileiro e seus impactos no município de Cachoeira do Sul (RS), seus discursos hegemônicos e a dinâmica do capital na região. Evidenciando, para tanto, o consumo básico da população local e a contraditória relação de ausência de desenvolvimento com a ocupação do espaço pela imponência exógena do capital.

Para evidenciar a dinâmica e os entraves do desenvolvimento de Cachoeira do Sul foi realizada uma pesquisa com 76 itens de consumo não duráveis, sendo selecionados três produtos de cada um destes, totalizando 228, visando problematizar e questionar a ocupação econômica do espaço geográfico de Cachoeira do Sul. Diante disso, refletir sobre as escolhas econômicas da região que priorizam a produção de *commodities* enquanto o mercado consumidor regional é cada vez mais ocupado por produtos estrangeiros. A essa ocupação e orquestração do espaço social vinculam-se consequências como a ausência de oportunidades, desemprego e pobreza à maioria das pessoas por um lado e, por outro, privilégios a poucos latifundiários e representantes de multinacionais. Soma-se a isso a dependência nacional.

A dialética do espaço geográfico

Com o advento da Geografia crítica nas décadas de 1960-1970, que incorporara em suas análises as leis da dialética materialista como pressupostos, surge também na ciência uma categoria amalgamada nestes novos paradigmas: o espaço geográfico, ou “espaço social”, conceito atribuído a Lefebvre (2013).

A concepção do espaço como produto social não se constituía sem dificuldades; em outras palavras, sem uma problemática em parte nova e imprevista. Não designando um "produto" qualquer, coisa ou objeto, mas um conjunto de relações, tal conceito exigia um aprofundamento das noções de produção, de produto, de suas relações. Como dizia Hegel, um conceito só emerge quando o que ele designa, ameaçado, aproxima-se de seu fim - e de sua transformação. O espaço não pode mais se conceber como passivo, vazio, ou como de fato não tendo outro sentido, tal como os "produtos", senão o de ser trocado, de ser consumido, de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxo das matérias-primas e das energias, redes de distribuição dos produtos. À sua maneira, produtivo e produtor, o espaço entra nas relações de produção e nas forças produtivas (mal ou bem organizado). Seu conceito não pode, portanto,

isolar-se e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte das relações econômicas e sociais. (LEFEBVRE, 2013, p.125)

Santos (1988) assinala que o espaço deve ser considerado como uma totalidade, sendo próprio da sociedade que lhe serve como agente.

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. (SANTOS, 1988, p. 12)

Para Lefebvre (1999), há um intenso processo de transformação em que o espaço revela sua natureza: “a) um espaço político, lugar e objeto das estratégias; b) uma projeção do tempo, reagindo sobre ele e permitindo dominá-lo, e, por conseguinte, atualmente, explorá-lo até a morte. O que anuncia a libertação do espaço-tempo.” (LEFEBVRE, 1999, p. 48) É o espaço, portanto, uma categoria fundamentada na dialética, cabendo a ela abarcar tamanha cientificidade, complexidade e alcance, numa relação intrínseca com a sociedade e o tempo. No espaço-tempo, as necessidades humanas demandaram constantes superações nos modos de vida, proporcionados pelo desenvolvimento da técnica. A dialética do espaço foi possibilitada pela técnica, sua apropriação e desenvolvimento.

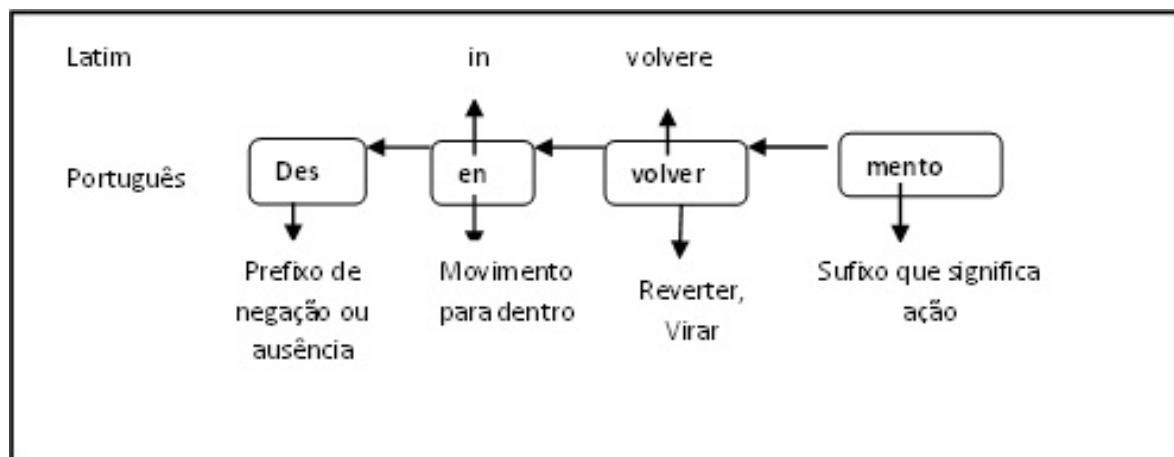
É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada. (SANTOS, 2006, p. 16)

Para a concepção do espaço geográfico brasileiro e sua relação local-global propomos a reflexão regional, avaliando os impactos do desenvolvimento na perspectiva da região para também contraditá-la e elevar a compreensão deste objeto de estudo. Para Lencioni (2009), a palavra região tem caráter ideológico pois é instrumento recorrente de manipulação política, e guarda ainda um sentido afetivo de pertencimento e identidade.

O conceito de desenvolvimento e a gênese da concepção liberal

A ideia de desenvolvimento, em linhas gerais, confunde-se e confundiu-se ao longo da historicidade da espécie humana. Desde as sociedades primitivas à civilização contemporânea o conceito foi delineado travestindo-se de variadas maneiras de acordo com suas ideologias matrizes. Na análise etimológica a seguir é possível perceber que, com a junção dos elementos que compõem a palavra desenvolvimento, formaremos algo que poderia ser expresso como: “sem movimento para reverter a ação” ou ainda “sem envolvimento”. É, autenticamente, uma expressão repleta de significado dialético. Isso nos remete a uma conclusão de que é preciso algo para gerar o movimento e/ou envolvimento. Entretanto, o que seria esse algo? Para qual direção o movimento se conduz? Envolver para quê? As respostas para essas questões dependem do contexto no qual se aplica a palavra.

Figura 1 – Etimologia da palavra desenvolvimento



Fonte: Deniz (2006, p. 33).

O desenvolvimento deu-se no progresso da técnica e, assim, do trabalho. Nesse sentido, o trabalho é que desenvolve a sociedade e, por extensão, suas condições materiais de existência, desde os primórdios. Para Engels (1980), do trabalho produtivo baseado nos laços de parentesco, desenvolveram-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza e a possibilidade de empregar a força de trabalho, gerando com isso a luta de classes. Segundo Caiden e Caravantes (1985), a história reflete esta discussão, pois, desde a Antiguidade até o limiar da

Idade Moderna, o conceito de desenvolvimento esteve circunscrito num forte cunho antropológico e teológico. Durante a maior parte desse período, o conceito traduzia um processo de revelação gradual, semelhante ao broto de uma flor que desabrocha aos poucos, o desenrolar de algo envolto, algo presente, mas ainda encoberto.

O pensamento liberal, desde John Locke, tem como premissa a defesa da propriedade privada. Assim, segundo Boron (2006), a organização social por meio do Estado deveria assegurar a estabilidade das relações entre os indivíduos para o gozo da propriedade. Essa seria a única razão destes de consentirem sua existência, com poder que deveria ser limitado para o livre exercício das liberdades individuais, especialmente de propriedade. É uma concepção de liberdade parcial, pois apenas os que têm fortuna podem ter plena cidadania, podendo votar e ser votados. Seria uma liberdade meramente formal, para alguns. O viés político, ético e econômico liberal, herdado de Locke, que se reproduz nos séculos XVII e XVIII, também é contrário ao absolutismo real, que desejava o aperfeiçoamento das instituições do voto e da representação; a autonomia dos poderes e a limitação do poder real; o prevalecimento do estado de direito que rejeita o arbítrio autoritário eclesiástico ou estatal; prega a liberdade de pensamento, expressão e religião. Porém, diferenciava-se dos demais liberais pela defesa fundamental da propriedade privada dos meios de produção e a economia de mercado baseada na livre iniciativa e competição, ideário concebido por Adam Smith e David Ricardo.

A teoria liberal de Adam Smith (1937) defende que a “mão invisível” do mercado proporcionaria a forma mais rápida de uma nação alcançar o progresso e o crescimento econômico. O maior obstáculo a esse progresso econômico seria o intervencionismo do Estado na economia. Ou seja, para Adam Smith se o mercado fosse deixado em paz pelos governos ele se manteria sempre em equilíbrio. Ao Estado caberiam apenas três funções: o estabelecimento e a manutenção da justiça; a defesa nacional; a criação e a manutenção de certas obras e instituições públicas, as quais não fossem de interesse privado. Conforme Chang (2004), o economista alemão Friedrich List (1789-1846), considerado o pai do argumento da indústria nascente, considera que seria impossível outros países desenvolverem suas indústrias numa concorrência mundial com a Inglaterra sem a intervenção do Estado, por meio de protecionismo, o que contesta a ideia de suposto desenvolvimento liberal de Adam Smith.

Assim, o liberalismo despreza o Estado quando lhe convém e se cerca dele a toda a necessidade, como uma extensão do interesse de particulares, ideologia praticada no seio estatal de algumas nações influenciadas por esta concepção, na disputa internacional. Quando almejam a conquista, os liberais comportam-se de uma maneira e quando a alcançam alteram o discurso às demais nações, pressionando-as a agirem diferentemente, exercendo sobre domínio coercitivo diverso. Chutam a escada que os levaram ao topo.

É um expediente muito comum e inteligente de quem chegou ao topo da magnitude chutar a escada pela qual subiu a fim de impedir os outros de fazerem o mesmo. Não é outro o segredo da doutrina cosmopolita de Adam Smith e das tendências cosmopolitas de seu grande contemporâneo William Pitt, assim como de todos os seus sucessores no governo britânico. Qualquer nação que, valendo-se de taxas protecionistas e restrições à navegação, tiver levado sua capacidade industrial e sua navegação a um grau de desenvolvimento que impeça as outras de concorrerem livremente com ela não pode fazer coisa mais sábia do que chutar a escada pela qual ascendeu à grandeza, pregar os benefícios do livre-comércio e declarar, em tom penitente, que até recentemente vinha trilhando o caminho errado, mas acaba de descobrir a grande verdade (LIST, 1885, p. 295).

Para Harvey (2004), nos EUA, novo centro irradiador do imperialismo, houve o acelerado desenvolvimento industrial, ancorado nas novas descobertas científicas do Século XIX – motor a combustão, dínamo, eletricidade, telégrafo – aliado à grande disponibilidade de recursos minerais e naturais como petróleo, ferro, carvão, madeira, ampliados devido à notável expansão territorial inspirada no Destino Manifesto, a Doutrina Monroe e o *Big Stick*. Consolida-se, no Século XX, a partir dos EUA, a era dos monopólios privados, legada pelo pensamento liberal. Esta última etapa, monopolista, agudiza-se profundamente no Século XX, especialmente após o colapso do socialismo no Leste Europeu, o que revigora o liberalismo, agora denominado neoliberalismo, estabelecido sob os mesmos mantras, uno na condução das concepções políticas, sociais, culturais e econômicas a partir dos centros dominantes do capital e suas corporações – EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido e França, principalmente. Os ideólogos neoliberais alardeiam o fim da história, repellido por pensadores progressistas.

O que é significativo é a quantidade de variações sobre o tema do “fim da história” e do “fim das utopias”, incluindo-se nestas as promessas de uma vida decente para todos, no quadro do capitalismo. Pelo contrário, especialmente nos Estados Unidos, a hora é do “darwinismo social” sob diversas formas teóricas, algumas de forte conotação racista. O estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira (CHESNAIS, 1996, p. 14).

Santos (2009) também contesta o suposto fim da história. Para o autor, ela apenas começa, pois antes o que havia era uma história de lugares, regiões e países em função dos impérios que se estabeleceram a uma escala mais ampla. O fim da história seria a interpretação do alcance máximo da capacidade de

desenvolvimento humano e das suas condições de vida em suas realizações econômicas, culturais e sociais: o neoliberalismo.

O chamado neoliberalismo não é uma teoria científica. Nem muito menos uma corrente de pensamento científico. Não chega também a ser uma doutrina. É uma ideologia – mais propriamente, é o elemento central da ideologia da oligarquia financeira que domina o mundo, na atual etapa do capitalismo (SOUZA, 1995, p. 9).

Esta ideologia tornou-se um totalitarismo ou, como diria Santos (2009), um “globalitarismo”, fazendo alusão ao processo de globalização neoliberal e suas imposições arbitrárias, expandidas na América por meio do Consenso de Washington. Segundo Galbraith (1994), para serem bem-sucedidos, os pobres necessitam, antes de tudo, da espora da sua pobreza.

O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o "Consenso de Washington". A essa altura, tanto Clinton como Blair poderiam facilmente ter invertido a afirmação anterior de Nixon e dito simplesmente: 'Agora somos todos neoliberais' . O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não-elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu (HARVEY, 2005, p.23).

O resultado dessa agressividade do capital sobre os Estados e as nações não demorou a aparecer. Segundo a Oxfam (2017), organização não governamental britânica, disparou no mundo a desigualdade social e a concentração de renda.

O 1% mais rico da população mundial detém mais riquezas atualmente do que todo o resto do mundo junto. Poderes e privilégios estão sendo usados para distorcer o sistema econômico, aumentando a distância entre os mais ricos e o resto da população. Uma rede global de paraísos fiscais permite que os indivíduos mais ricos do mundo escondam 7,6 trilhões de dólares das autoridades fiscais. Apenas oito bilionários do mundo: Bill Gates, Amancio Ortega, Warren Buffett, Carlos Slim, Jeff Bezos, Mark Zuckerberg, Larry Ellison e Michael Bloomberg, juntos, detém a riqueza equivalente à metade mais pobre do planeta. No Brasil, os seis brasileiros mais ricos concentram a mesma riqueza que os 100

milhões de brasileiros mais pobres. Os dados estão no relatório “A Distância Que Nos Une” da Oxfam Brasil. A conclusão tem origem em um cálculo feito pela própria ONG, que compara os dados do informe Global Wealth Databook 2016, elaborado pelo banco suíço Credit Suisse, e a lista das pessoas mais ricas do mundo produzida pela revista Forbes. Segundo a Forbes, Jorge Paulo Lemann (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Hermmann Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermirio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim) têm, juntos, uma fortuna acumulada de 88,8 bilhões de dólares, equivalente a 277 bilhões de reais atualmente (OXFAM, 2017, p. 176-7).

Vê-se que esta não é uma ideia de desenvolvimento satisfatória. Para Harvey (2006), é um mero desenvolvimento estético sobre a ética. Segundo Santos (2009), a globalização neoliberal mostra-se como uma fábula e uma fábrica de perversidades. Alguns teóricos atribuem ao capitalismo a ideia de desenvolvimento. Contudo, é a sua negação, em sua etapa monopolista, que aniquila a ilusão concorrencial e impõe à economia e às sociedades sua dinâmica concentradora do capital e a segregação espacial da maioria das populações.

Desenvolvimento endógeno e desenvolvimento exógeno

O economista coreano Ha-Joon Chang, em sua obra “23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo”, destaca a diferença entre a retórica dos países ricos e a prática que os levaram ao topo, chamando a atenção para o discurso de Estado mínimo.

Ao contrário do que comumente se acredita, o desempenho dos países em desenvolvimento no período em que o Estado dominou o desenvolvimento foi superior ao que eles alcançaram durante o período subsequente de reforma voltada para o mercado. Houve alguns fracassos grandiosos de intervenção estatal, mas quase todos esses países cresceram muito mais rápido, com uma distribuição de renda mais equitativa e com um número bem menor de crises financeiras, durante os “maus dias do passado” do que o fizeram no período das reformas voltadas para o mercado. Além disso, também não é verdade que quase todos os países ricos tenham ficado ricos por meio de políticas de livre mercado. A verdade é mais ou menos o oposto. Com apenas algumas exceções, todos os países ricos de hoje, entre eles a Grã-Bretanha e os Estados Unidos – os supostos lares do livre comércio e do livre mercado – ficaram ricos por meio da combinação do protecionismo, subsídios e outras políticas que hoje eles aconselham os países em desenvolvimento a não adotar. (CHANG, 2013, p. 100)

Segundo Chang (2013), outro argumento neoliberal é de uma suposta ausência de nacionalidade do capital, da liberalização e internacionalização difusa deste nas corporações transnacionais, mui interessadas em desenvolver e reproduzir sua riqueza em diversos países, aliando-se e potencializando as empresas nacionais destes.

Apesar da crescente “transnacionalização” do capital, quase todas as empresas transnacionais na realidade continuam a ser empresas nacionais com operações internacionais, em vez de companhias genuinamente desprovidas de nacionalidade. Elas realizam no seu país de origem a maior parte das suas atividades básicas, como pesquisas avançadas e a definição de estratégias. Quase todos os seus principais tomadores de decisões também são cidadãos do país de origem da empresa. Quando precisam fechar fábricas ou reduzir empregos, geralmente o último lugar onde fazem isso é no país de origem, por vários motivos políticos e, acima de tudo, econômicos. Isso significa que o país de origem se apropria da maior parte dos benefícios de uma corporação transnacional (CHANG, 2004, p. 114).

A Divisão Internacional do Trabalho apresenta uma realidade de países desenvolvidos, fabricantes de produtos de alta tecnologia e valor agregado, e não-desenvolvidos ou subdesenvolvidos, produtores de matérias-primas e alimentos in natura. Os países desenvolvidos protegem sua economia, enquanto os subdesenvolvidos sucumbem a discursos e imposições hegemônicas destes.

Na primeira metade do século passado (XIX) o livre-câmbio foi adotado por numerosas nações, o que fez a hegemonia britânica atingir seu apogeu. Na segunda metade daquele século, vários países – entre os quais a Alemanha e os Estados Unidos – começaram a adotar medidas protecionistas de suas indústrias e desta maneira puderam resistir à competição inglesa e passaram a se industrializar rapidamente. Desta maneira, formou-se o conjunto de países que constituem o centro industrializado da Divisão Internacional do Trabalho, todos situados no hemisfério norte: na Europa Ocidental, na América do Norte mais o Japão. A periferia deste centro foi constituída por todos os demais países, muitos deles então colônias ou ex-colônias, mas todos de economia colonial, isto é, centrados num certo primário – de alimentos e matérias-primas – voltado para o mercado externo. Definiu-se, assim, no século passado uma autêntica Divisão Internacional do Trabalho-DIT, a partir da especialização produtiva de cada país. O mundo se dividiu, de forma cada vez mais nítida, em países desenvolvidos, exportadores de produtos industriais, e países não-desenvolvidos, exportadores de produtos primários (SINGER, 1983, p. 106).

Nesse sentido apontado por Singer, temos a elevação da dependência externa do Brasil nos últimos anos como retorno à época anterior à substituição de importações conquistada na industrialização brasileira regressando, ainda mais, a uma dinâmica exportadora de *commodities*. “O capital se faz em casa”, dizia Barbosa Lima Sobrinho (1990, p. 179). A Toyota, empresa automobilística japonesa, foi inaugurada em 1926, como fabricante de máquinas têxteis simples e em 1933 passou a produzir carros. Diferentemente do Brasil, o governo japonês impediu, em 1939, a entrada das concorrentes General Motors e Ford e anos depois chegou a financiar a montadora nacional com dinheiro do Banco Central. Com isso, em 1958, a primeira exportação para os EUA do modelo de passeio Toyopet foi motivo de orgulho para os japoneses. O Brasil escolheu o caminho inverso, da dependência, apesar de já haver constituído importante base industrial nas décadas de 1940 e 1950 com a Fábrica Nacional de Motores, desnacionalizada.

O espaço como mercadoria do capital estrangeiro

Para Moreira (1982), o capital descobriu o espaço geográfico e cabe saber quando o descobrirão os que se opõem à sua ditadura. O capital estrangeiro tem avançado significativamente na América Latina, especialmente no Brasil, desde a década de 1990. A adoção de políticas neoliberais ceifam a capacidade produtiva e de inovação tecnológica desses países. Segundo Cano (2012), a desindustrialização do Brasil se dá devido à manutenção de uma forçosa política cambial, ao descontrole soberano sobre o ingresso de importados, à elevada taxa de juros imposta pelo Banco Central, à entrada e à saída indiscriminada de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), que desnacionaliza nossas empresas e remete lucros extraordinários às matrizes. Poderíamos, ainda, citar a ausência de políticas públicas que favoreçam e priorizem a empresa nacional tendo o Estado como agente de equilíbrio e os fartos subsídios estatais às multinacionais, o que esmaga a concorrência nacional.

O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob várias formas e em diferentes estádios. O caso mais simples é da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de uma mercadoria de exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência, coexistência esta que pode perdurar, em equilíbrio estático, por longos períodos. (FURTADO, 2009, p. 171).

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (Ipea), coordenado por Ribeiro (2018), nos últimos anos houve uma significativa perda da posição relativa dos produtos industrializados nas exportações brasileiras. Em 2000, a participação dos industrializados era de 74,5% no total das exportações nacionais e de 51,3% em 2017. Nesse mesmo período, a exportação de produtos primários aumentou acima de 60%, passando de 22,8% em 2000 para 46,4% em 2012. Esses dados são coerentes com a tendência de queda acentuada da participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, de mais de 25% no final da década de 1980 para ao redor de 10% em 2017. Importante salientar que, nesse decrescente universo de exportação industrial, parte significativa é de multinacionais instaladas no país que remetem seus lucros para os países onde têm sede e lá geram pesquisa e desenvolvimento.

Muitos países subdesenvolvidos também instauraram processos de industrialização em seus territórios. Poucos, entretanto, conseguiram ultrapassar, com alguma expressão, a produção de bens não duráveis de consumo e a do simples beneficiamento industrial de produtos primários. Mesmo na América Latina, apenas Argentina, México e Brasil conseguiram instalar um parque industrial expressivo e, deles, somente o Brasil avançou na montagem parcial do setor de bens de capital. Ao final da década de 1970, esses países tinham uma indústria de transformação cujo produto representava cerca de 23% do PIB, no caso, mexicano, cerca de 25 % na Argentina e de 33% no Brasil. Com os nefastos efeitos, porém, da década perdida de 1980 e os decorrentes da instauração das políticas neoliberais a partir de 1990, a queda da participação da indústria de transformação no PIB para a América Latina em seu conjunto foi grave. Em 1980, houve participações, isto é, cerca de 24% (Argentina e México) e de 33% (Brasil). Os dados entre 2008 e 2010 regridem para aproximadamente 19% no México e na Argentina e a mais aguda, a do Brasil, para 14,6% em 2016 (CANO, 2012, p. 833).

O resultado do avanço neoliberal sobre a economia nacional e nossas empresas pode ser evidenciado em relatório divulgado pela consultoria KPMG, a qual aponta de 2004 até março de 2017, 2.514 empresas nacionais passaram para o controle estrangeiro. Os números atestam um processo de desnacionalização da economia, tendo os anos de 2012 e 2015 sido os de maior impacto, com 296 empresas transferidas para o controle de estrangeiros.

O capitalismo monopolista tem como expoentes de dominação algumas poucas e concentradoras transnacionais que capilarizam sua ação no espaço geográfico, tal como lembra Corrêa (2000), citando o caso concreto da Bunge:

Vejam os alguns exemplos concretos. Um deles é dado pela corporação multinacional Bunge y Bom. No Brasil, atua nos setores de óleos vegetais, farinha de trigo, rações, adubos, produtos químicos, tecidos, cimento, seguros etc., através de empresas como Sanbra (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A.), Samrig (S.A. Moinho Rio Grandense), Moinho Fluminense S.A. Indústrias Gerais, S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais, Quimbrasil (Química Industrial Brasileira S.A.), Serrana S.A. de Mineração, Tintas Coral S.A., Fábrica de Tecidos Tatuapé S.A., Santista Indústria Têxtil do Nordeste S.A., Cimbage (Cimento, Mineração Bagé S.A.) e Vera Cruz Seguradora S.A., entre outras, em um total de aproximadamente 20 empresas, algumas das quais, como a Sanbra, possuindo numerosos estabelecimentos filiais. A corporação emprega milhares de pessoas e manipula anualmente outras tantas toneladas de matérias-primas e produtos acabados. Atuando em todo o território nacional, a Bunge y Bom atribui a cada uma de suas áreas ou pontos um papel diferenciado, segundo suas possibilidades e os interesses da corporação. A divisão territorial do trabalho é assim influenciada por ela, que tem, por sua vez, a sua própria organização espacial: escritórios nacionais, regionais e locais, usinas de beneficiamento, depósitos, minas e fábricas (CORRÊA, 2000, p. 34).

O espaço social é o espaço vivido, percebido e concebido, conforme conceituara Lefebvre (1999). Quem nele vive são as populações, que o percebem e promovem suas identidades, mas quem o concebe?

Caracterização do espaço de estudo: o município de Cachoeira do Sul

A área de Cachoeira do Sul é de 3.735,167 km², representando 1,3891% do Rio Grande do Sul (o nono maior município em território do estado). Apresenta 35,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 89,8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 25,7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio), conforme o IBGE (2018). Em 1940, a população de Cachoeira do Sul era de 83.729 pessoas, sendo o 38º município mais populoso do Brasil. Em 2018, a população de Cachoeira do Sul representava menos de 0,77% da população do estado e sua participação vem reduzindo. Entre 2004 e 2014, a variação da população gaúcha cresceu 5,2%, enquanto o número de habitantes do município diminuiu 2,2%. A contribuição de Cachoeira do Sul no PIB estadual é de 0,55%, conforme cálculo da Fundação de Economia e Estatística (2014) e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2014). O PIB *per capita* do município está classificado no limite intermediário, no valor de R\$ 24.778,91, um pouco abaixo das médias do Rio Grande do Sul e do Brasil, que são R\$ 29.657,00 e R\$ 26.445,00, respectivamente, segundo o IBGE (2018). A renda *per capita* média

de Cachoeira do Sul (R\$ 793,67) está classificada na faixa intermediária dentre os municípios gaúchos. Ainda assim, o valor do município é inferior à média do Rio Grande do Sul, R\$ 959,00, e empata com o Brasil, R\$ 793,00, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2014).

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese 2015-FEE) de Cachoeira do Sul foi de 0,703 (em uma escala de zero a 10), indicador que em 2014 foi de 0,717 no município. O índice é formado por três subindicadores (educação, renda e saúde) e em todos a cidade obteve queda de 2014 para 2015. A redução maior, de 3,8%, foi em renda, com o índice passando de 0,683 para 0,657. Já o indicador de saúde sofreu redução de 0,38% e atingiu 0,773, enquanto o de educação baixou 1,58% e ficou em 0,682. Nos três indicadores isolados (saúde, educação e renda) e no Idese geral, Cachoeira ficou na faixa do médio desenvolvimento. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 9,02% eram analfabetos, 49,41% tinham o ensino fundamental completo, 33,31% possuíam o ensino médio completo e 11,12%, o superior completo.

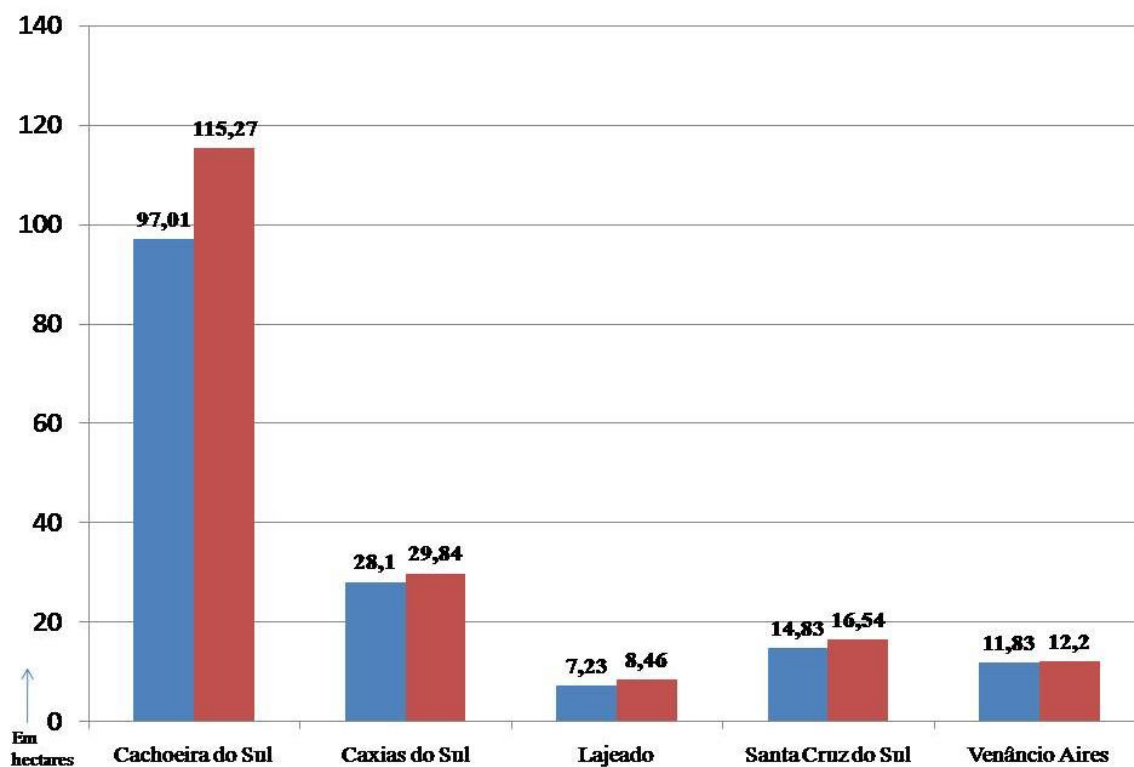
Segundo levantamento do Jornal do Povo (2018), entre os grandes empregadores da cidade estão quatro empresas prestadoras de serviços, quatro indústrias e dois estabelecimentos comerciais. E entre as maiores geradoras de emprego, sete são cachoeirenses, empresas que nasceram na Capital Nacional do Arroz. Juntas, elas geram 3.071 postos formais de trabalho, o que corresponde a 52% das vagas ocupadas atualmente nos 63 grandes empregadores de Cachoeira: 5.897.

O Hospital de Caridade e Beneficência (HCB) é o principal gerador de empregos com 690 empregados. A maior rede de mercados da região, a Tischler, aparece em segundo lugar no ranking, com 685 empregados. Principal indústria de Cachoeira, a Granol, possuía 414 funcionários para fazer a sua fábrica operar, produzindo, principalmente, biodiesel e farelo de soja. No entanto, na atualidade, opera para terceiros apenas armazenando e secando soja em virtude da impossibilidade de produzir biodiesel a preços competitivos devido à careza logística.

As duas maiores riquezas agrícolas de Cachoeira do Sul são soja e arroz. A soja chegou em 2014 a 130,5 mil hectares, mais do que os 127 mil hectares de 2013. A produção também cresceu para 352.350 toneladas (2014). Em 2013 foram 289.692 toneladas. Já o arroz ganhou um pouco mais de espaço de 2013 para 2014, de 32.650 para 33.420 hectares. A produção, entretanto, caiu de 236,7 para 217,2 toneladas. Tupanciretã é o maior produtor estadual de soja. São 146 mil hectares de área plantada para a safra 2016/2017. Já em Cachoeira do Sul, o segundo maior produtor do grão no Estado, a área plantada de soja é de 142,7 mil hectares, com produtividade estimada de 2,7 mil kg/ha, totalizando uma produção de 390 mil toneladas. Em 2016, o setor primário contribuiu com 29 %, secundário 17% e serviços 54% na formação do PIB de Cachoeira do Sul, que superara R\$ 2 bilhões, conforme dados do IBGE (2017).

Contudo, uma das características paradigmáticas da sojicultora é a concentração fundiária. A produção da *commoditie* é baseada em grandes propriedades concentradas em poucas mãos. Esse fenômeno é crescente e pode ser percebido na Figura 2, comparando o município com outras realidades regionais:

Figura 2 – Tamanho médio de propriedades rurais de municípios em hectares 2006-2018



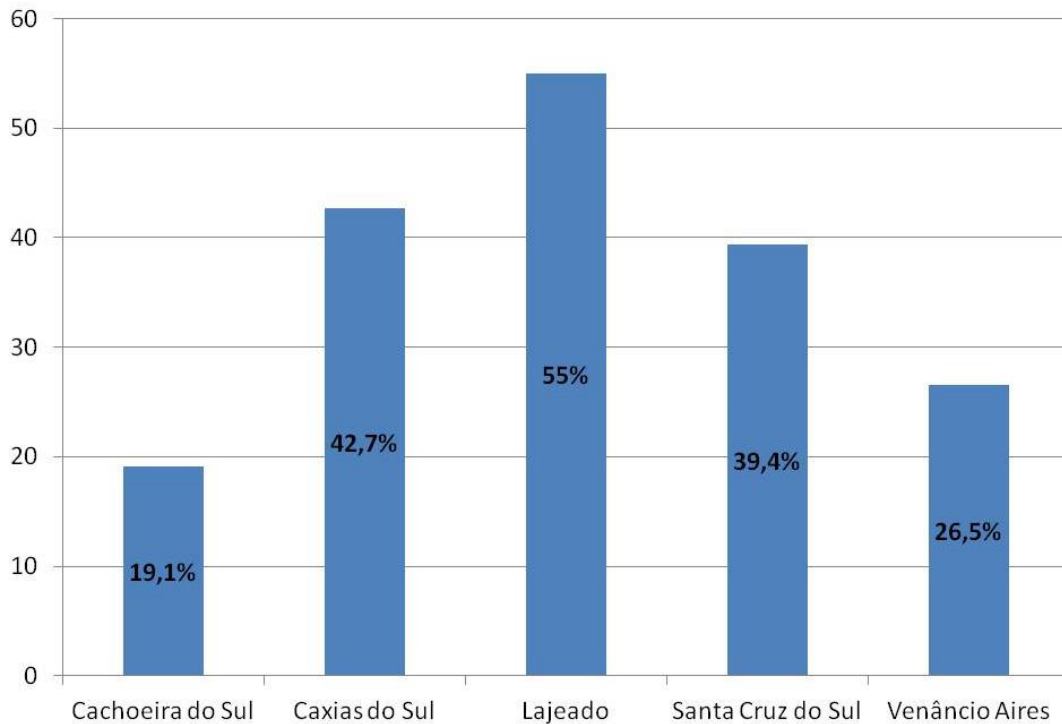
Fonte: IBGE (2018).

Como se vê na Figura 2 acima, dados do IBGE de 2018 demonstram que o tamanho médio de uma propriedade rural em Cachoeira do Sul é 3,86 vezes maior do que Caxias do Sul; 13,62 vezes maior que Lajeado; 6,96 vezes maior que Santa Cruz do Sul; e 9,44 vezes maior que Venâncio Aires. Os demais municípios foram escolhidos por estarem próximos de Cachoeira do Sul, que nas últimas décadas tem se notabilizado pelo seu desenvolvimento social e econômico baseados na pequena propriedade, na agroindústria e na indústria.

Como resultado da exploração do espaço geográfico para a produção de *commodities*, sendo esta assimiladora de pouca mão de obra, baseada crescentemente na mecanização de processos, com a larga utilização de equipamentos estrangeiros, pacotes defensivos estrangeiros, bem como parte significativa dos insumos, há o notável desemprego regional, maior se comparado

a municípios detentores de outros arranjos produtivos, tal como expresso na Figura 3:

Figura 3 – Pessoal ocupado no universo populacional, 2015

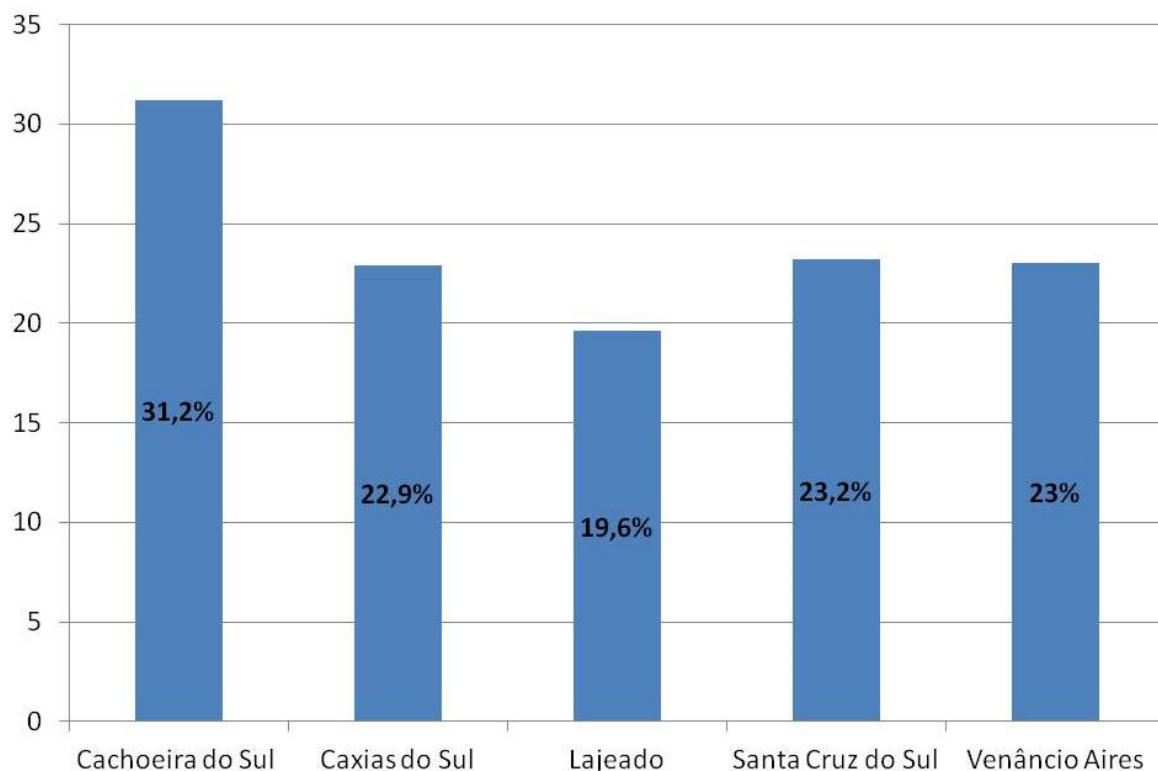


Fonte: IBGE (2018).

Conforme nota-se, o universo de pessoas ocupadas é inferior em Cachoeira do Sul (19,1%), se comparado com os municípios de Caxias do Sul (42,7%), Lajeado (55%), Santa Cruz do Sul (39,4%) e Venâncio Aires (26,5%).

A Figura 4 ilustra a disparidade econômica das pessoas, influenciada pela desocupação, num contraste com os municípios citados, expondo outro reflexo do grau de desenvolvimento econômico e social. Nesse cenário, Cachoeira do Sul apresenta mais pessoas com rendimento nominal mensal de até meio salário mínimo (31,2%), superior a Caxias do Sul (22,9%), Lajeado (19,6%), Santa Cruz do Sul (23,2%) e Venâncio Aires (23%).

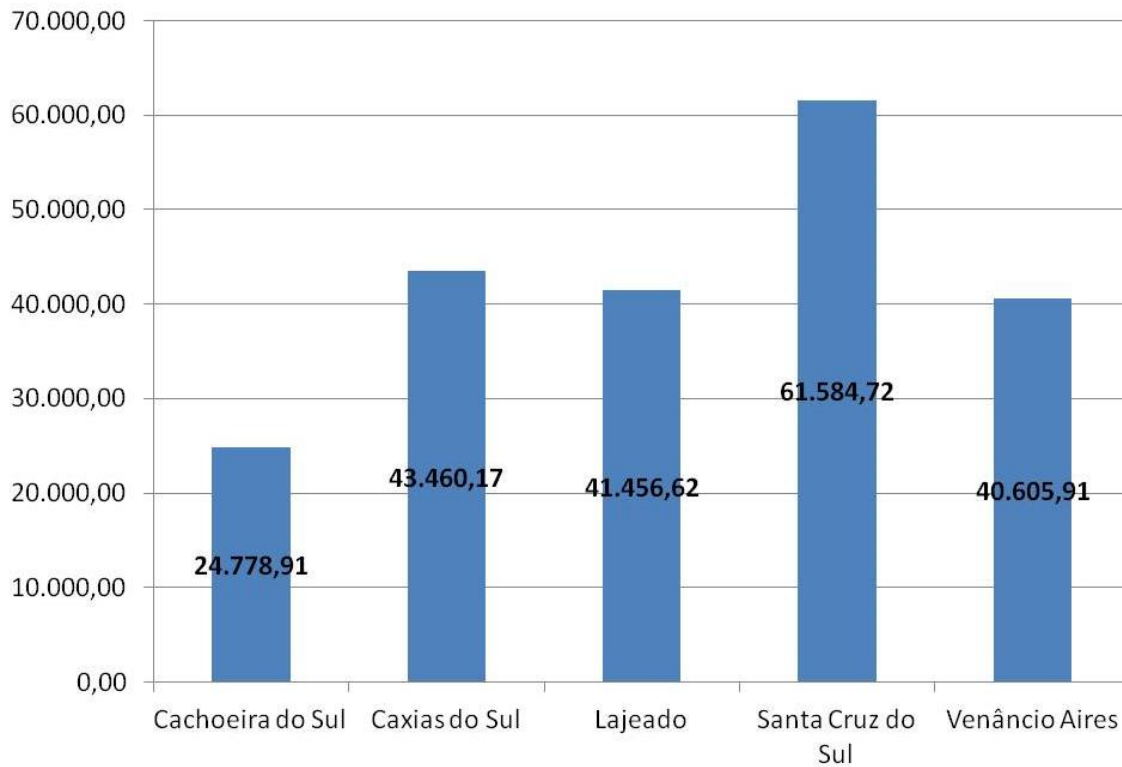
Figura 4 – Percentual da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até ½ salário mínimo



Fonte: IBGE (2010).

Essa mesma fragilidade econômica é demonstrada quando se compara o PIB *per capita* desses municípios. Cachoeira do Sul apresenta o menor valor por pessoa (R\$ 24.778,91), diante de Caxias do Sul (R\$ 43.460,17), Lajeado (R\$ 41.456,62), Santa Cruz do Sul (R\$ 61.584,72) e Venâncio Aires (R\$ 40.605,91), conforme a Figura 5.

Figura 5 – PIB *per capita* dos municípios em R\$, 2015



Fonte: IBGE (2016).

Na Figura 6 ilustra-se a geração de empregos por setor econômico em 2018. Como reflexo da desnacionalização brasileira, a falta de investimentos e a crescente penetração desenfreada de capital e produtos estrangeiros, em Cachoeira do Sul o setor da indústria de transformação teve a maior queda de empregos formais – com carteira assinada – em Cachoeira do Sul, no período entre 1º de março de 2014 e 28 de fevereiro de 2018, segundo levantamento estatístico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento (2019). Nesses quatro anos, a indústria desempregou 829 trabalhadores, queda de 27%. O comércio também apresentou resultado negativo de menos 159 vagas nesse período, queda de 3,68% sobre os empregos existentes em março de 2014.

Tabela 1 – Total de empregos formais em Cachoeira do Sul em janeiro de 2018

Ranking	Atividade	Nº empregos
1º	Serviços	4.449
2º	Comércio	4.110
3º	Indústria	2.232
4º	Agropecuária	1.330
5º	Outros	701
Total		12.822

Fonte: Ministério do Trabalho (2018).

Com isso, há a ausência da geração de empregos e, conforme disposto na Figura 6, o setor agropecuário, voltado à exportação, apesar de ser escalado pelos discursos hegemônicos como matriz econômica prioritária, é o que menos emprega. Ao desconsiderarmos a agricultura familiar deste montante, a disparidade é ainda maior.

A análise do consumo básico em Cachoeira do Sul

Para investigar os efeitos do processo de globalização no espaço geográfico de Cachoeira do Sul, analisou-se 76 produtos pertencentes à cesta básica dos moradores, originariamente com 75 itens utilizados pelo curso de Administração da Universidade Luterana do Brasil, de Cachoeira do Sul, base de medição dos impactos inflacionários no município nos últimos anos. Para focar nos objetivos desta pesquisa, alguns produtos foram substituídos, mantendo uma relação de 76 itens disponíveis nos supermercados da cidade. Para cada um deles foram listadas três marcas, onde houvesse a disponibilidade, totalizando 228 produtos pesquisados.

O levantamento foi realizado nas três maiores redes de supermercados do município, entre 15 e 25 de julho de 2018: Rede Tischler (originária da cidade), Rede Super (com matriz em Candelária) e Imec (matriz em Lajeado) apresentando três produtos de marcas escolhidas pela notoriedade de sua divulgação no supermercado e nos materiais publicitários ou pela simples disponibilidade: absorvente, açúcar, álcool de limpeza, alface, alvejante/cloro ativo, amaciante de roupa, amido de milho, arroz, banana, batata doce, batata inglesa, beterraba, biscoito, café granulado, café moído, carne bovina, carne de frango, carne suína, carvão, cebola, cenoura, cera de assoalho, cerveja, chocolate em pó, chuchu, cigarro, condicionador de cabelo, creme de barbear, desinfetante, desodorante, detergente, erva para chimarrão, escova dental, esfregão de aço, extrato de tomate, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão, fermento, fósforo, gelatina, geleia,

iogurte, lâmina de barbear, laranja, leite, maçã, macarrão, maionese, mamão, mandioca, margarina, massa para pastel, massa para pizza, óleo de arroz, óleo de milho, canola, girassol, óleo de soja, ovos, pasta dental, pimentão, pipoca, presunto, queijo lanche, ração para cachorro, refrigerante, repolho, sabão em barra, sabão em pó, sabonete, sagu, sal de cozinha, shampoo, tomate, vassoura, vinagre.

Há, por óbvio, produtos em que existe a oferta de mais de três marcas e há outros com menor oferta, alguns com apenas uma alternativa. Nos itens que há produtos de Cachoeira do Sul, estes foram priorizados na inclusão da pesquisa, mesmo com a notoriedade e o maior consumo de outras marcas, pois o objetivo é identificar a oferta e a ocupação do mercado com os produtos locais. É o exemplo do item biscoito, que apresenta a marca cachoeirense Colonial, pouco consumida, em comparação com as notabilizadas marcas estrangeiras Trakinas, Oreo e Nestfit. Em cada um dos itens, com busca por três produtos de cada um, identificou-se o nome da marca, a cidade de origem, a unidade da federação, o país de produção e sede da empresa produtora.

Nas três redes, dentre os 76 produtos pesquisados, e 228 possibilidades, encontrou-se a oferta de produtos cachoeirenses em apenas alguns itens:

- Rede Tischler: alface, banana (apenas comércio, pois produto é da CEASA), batata doce, biscoito, carne bovina, carvão (três fornecedores), mandioca e massa para pizza.
- Rede Super: alface, arroz, biscoito, carvão (dois fornecedores), mandioca e vinagre.
- Imec: arroz, carvão (dois fornecedores) e vinagre.

Notou-se a escassez de produtos de Cachoeira do Sul nas gôndolas e, como visto, os existentes são principalmente de origem primária.

Outro resultado a destacar é a impactante presença de produtos industrializados nas gôndolas dos supermercados originários de municípios de áreas territoriais bem menores e baseados no minifúndio, mostrados anteriormente, tal como Santa Cruz do Sul e Lajeado, ambos pertencentes à mesma mesorregião cachoeirense, a Centro-Oriental Rio-grandense:

- Rede Tischler: de Santa Cruz do Sul, carne suína, cigarro (duas marcas), farinha de trigo, macarrão e presunto. De Lajeado, refrigerante e vinagre.
- Rede Super: de Santa Cruz do Sul, cigarro (duas marcas), farinha de trigo, macarrão, presunto. De Lajeado, refrigerante e vinagre.
- Imec: de Santa Cruz do Sul, carne bovina, cigarro (duas marcas), carne suína, farinha de mandioca, farinha de trigo, macarrão, presunto e sagu. De Lajeado,

sede da matriz da rede, banana, batata inglesa, cebola, feijão, mamão, massa para pizza, pipoca, refrigerante e vinagre.

Especialmente nos produtos de consumo industrializados, foi bastante perceptível a desnacionalização da oferta em segmentos antes ocupados por empresas brasileiras. A ocupação das gôndolas das três redes é basicamente idêntica quando há a presença de produtos estrangeiros, impulsionados por farta propaganda e compra de espaços de maior visibilidade. Há produtos como absorvente, cerveja (outrora nacional), cigarro, condicionador e xampu para cabelo, desodorante, escova e pasta dental, fermento, gelatina, lâmina de barbear, maionese, refrigerante, sabonete e sabão em pó em que os principais ou únicos produtos nas gôndolas são estrangeiros, de grandes corporações como Johnson e Johnson, Unilever, Procter e Gamble, Bunge, Cargill, Kimberly e Clark, Inbev, Coca-Cola, Nestlé, Lactalis, dentre outras. Na rede Tischler, dos 228 produtos pesquisados, 70 foram fabricados por multinacionais, especialmente dos EUA, Inglaterra, Holanda, Alemanha, França e Itália. Na Rede Super, foram apontados 67 itens de empresas estrangeiras. Já no Imec, encontramos 71 deles fabricados por transnacionais. Ao desconsiderarmos os produtos hortifrutigranjeiros, que são 15 itens, estas empresas representam cerca de 40% dos itens de consumo básico disponíveis neste estudo.

Outro aspecto emblemático é que os moradores do município de Cachoeira do Sul, ao consumirem produtos derivados da soja, o óleo e a ração para cachorros, os compra produzidos de outros municípios e por vezes de empresas multinacionais como Cargill e Bunge. Ou seja, no ciclo produtivo da soja, que ocupa cerca de 142,7 mil hectares no município (projeção IBGE), apenas a terra, em latifúndios, é propriedade de alguns poucos munícipes e usufrui desta lógica predominante.

Ao mesmo tempo, notou-se que a cadeia produtiva do arroz é bastante insignificante na atualidade, no município que ganhou a alcunha de capital nacional do arroz, e realiza a Feira Nacional do Arroz, outrora bastante concorrida no país com presença de Presidente da República durante suas festividades. O arroz cachoeirense apresenta apenas uma marca em duas redes de supermercados. Além disso, o saudável óleo de arroz, não é produzido em Cachoeira do Sul e apenas ofertado por uma empresa de Pelotas.

Considerações finais

Apesar do farto discurso sobre a necessidade de haver o incentivo ao setor primário no município, no estado e no Brasil, este disfarça dois aspectos importantes. O primeiro é a imposição da manutenção de um projeto agroexportador que não concorra com produtos de maior valor agregado com os

países desenvolvidos. Depois, a crescente ocupação da cadeia produtiva agrícola por grandes conglomerados estrangeiros. A concentração do mercado de alimentos nas mãos de poucas empresas está esmagando os rendimentos dos pequenos produtores rurais e trabalhadores do campo no mundo todo. Há casos em que a renda dos lavradores é tão baixa que eles chegam a passar fome. Ao mesmo tempo, os ganhos das gigantes do setor engordam. Segundo estudo da ONG britânica Oxfam (2018), a concentração do mercado se dá em diversas etapas da cadeia de alimentos. Quase 60% do fornecimento de insumos, como fertilizantes e agrotóxicos, é dominado por três multinacionais (Bayer/Monsanto, Dupont-Dow e ChemChina/Syngenta). No comércio de *commodities* (matérias-primas) agrícolas, quatro empresas respondem por 70% da receita movimentada (ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus), e 50 fabricantes de alimentos abocanham metade de todas as vendas do setor.

Por trás dessa ocupação do mercado consumidor brasileiro, há o desprezo à indústria nacional e à geração de pesquisa e desenvolvimento, a exploração da mão de obra nacional e as fartas remessas de lucros às matrizes. Em Cachoeira do Sul, esta lógica é caricatural, pois os agentes e discursos hegemônicos do neoliberalismo e da manutenção da dependência econômica aprisionam as instituições capazes de transformar essa realidade. Quantos produtos de Cachoeira do Sul, Lajeado ou Caxias do Sul serão encontrados nas gôndolas de supermercados de Tulsa, município no estado de Oklahoma, nos EUA? Ou de Leicester, na Inglaterra? Ou de Utrecht, na Holanda? Ou de Dortmund, na Alemanha, ou ainda de Bourges, na França? Todas estas cidades elencadas, do interior de seus respectivos países e de regiões agropecuárias, atuam para seu desenvolvimento, protegidas por políticas públicas para tanto. Assim, concretamente, ao cabo e ao final, a dinâmica do capital exploratório, de origem estrangeira, protege-se intensamente, consolidando-se e fortalecendo-se no seio de seus países para buscar multiplicar-se no globo para incrementar-se ainda mais. Para tanto, promovem a sua defesa pelo Estado de origem, sob inúmeras formas, muitas imorais, ilegais e desumanas, para alcançar a submissão de outras áreas do globo onde possa penetrar e fragilizar a economia local, deixando-a apenas com as ocupações menos rentáveis.

Na dinâmica regional, as ações que visam promover a resistência a essa ocupação estrangeira e a tentativa de geração local de renda, a partir da busca de agregação de valor aos produtos, tem apresentado importantes resultados que demonstram que é possível desenvolver as condições de vida sob outros paradigmas. Isso pode gerar mais empregos e arrecadação, fortalecendo as instituições e, por sua vez, a melhoria da vida de todos. Por outro lado, o atual modelo predominante em Cachoeira do Sul apenas privilegia, temporariamente, apenas alguns poucos latifundiários. Em 1970, a população do município era de 94.261 habitantes e, passados 40 anos, ela encolheu para 83.827 pessoas, enquanto a população

nacional dobrou, graças à emigração extraordinária ocorrida de cachoeirenses expulsos de sua terra em busca de empregos e melhores oportunidades.

Referências

BORON, Atilio A. (org.). **Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx.** Buenos Aires/São Paulo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas-USP, 2006, p. 287-330.

CAIDEN, G. E.; CARAVANTES, G. R. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento.** Caxias do Sul: [s.n.], 1985.

CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil.** *Econ. soc.*, Dez 2012, vol.21, no.spe, p.831-851. ISSN 0104-0618

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada.** São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CHANG, Ha-Joon. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo.** São Paulo: Cultrix, 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 2000.

DENIZ, F. **Crescimento e desenvolvimento econômico: modelos e agentes do processo.** Lisboa, PT: Editora Sílabo, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Participação do PIB e do Valor Adicionado Bruto por atividade nas mesorregiões do RS em % – 2010/2013.** Porto Alegre, 2014. Disponível em <<http://carta.fee.tche.br/article/participacao-das-mesorregioes-gauchas-no-pib-do-rs-entre-2010-e-2013/>>. Acessado em 21/04/2018.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GALBRAITH, John Kenneth. **A Journey Trough Economic Time**. Boston: Houghton Mifflin, 1994.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeira-do-sul/panorama>> Acessado em 18/05/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017> em 15/01/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto agrícola municipal**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>> Acessado em 21/04/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características urbanísticas do entorno dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, Censo demográfico 2010, p.1-175, 2012

JORNAL DO POVO. **Anuário do Jornal do Povo**. Cachoeira do Sul: Gráfica Jacuí, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. São Paulo: Estudos Avançados USP, vol.27, nº79, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2009.

LIST, Friedrich. **The National System of Political Economy**. London: Longmans, Green, and Company, 1885.

LOBATO, Monteiro. **Cidades Mortas**. São Paulo: Editora Globo, 2012.

MOREIRA, Ruy.(org) **Geografia : teoria e crítica : o saber posto em questão.** Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

OXFAM. **Hora de Mudar: desigualdade e sofrimento humano nas cadeias de fornecimento dos supermercados.** Publicado por Oxfam GB para Oxfam Internacional con ISBN: 978-1-78748-288-3 en junio de 2018. DOI: 10.21201/2017.1787

OXFAM. **Uma economia para o 1%.** Documento Informativo da Oxfam 210. Disponível em www.oxfam.org.br em 15/11/2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano.** Brasília, 2014. Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/2524#desagregacao. Acessado em 18/05/2018.

RIBEIRO, Fernando. A “**década perdida**” das exportações da indústria brasileira: análise de Constant market share para o período 2005-2016. Brasília: IPEA, Revista Radar n° 56, Abril 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** São Paulo: Record, 2009.

SANTOS, Milton. **Natureza do espaço.** São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1988.

SINGER, Paul. **Aprender economia.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** Nova Iorque: Random House, 1937.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Japão: o capital se faz em casa.** São Paulo: Paz e Terra, 1990.

SOUZA, Nilson A. de. **O colapso do neoliberalismo.** São Paulo: Global Editora, 1995.

Endereço para correspondência:

Henrique Rudolfo Hettwer – henriquehettwer@gmail.com
Av. Roraima, 1000 - Camobi,
97105-900 Santa Maria/RS, Brasil